



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

RELATÓRIO DE PARTICIPAÇÃO DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA NA
XLV COSAC

(Budapeste, 29 a 31 de Maio de 2011)

Membros da Delegação: Deputados Vitalino Canas (PS), Alberto Costa (PS), José de Bianchi (PS), Luís Rodrigues (PSD) e Vânia Jesus (PSD).

A Delegação foi acompanhada pela assessora da Comissão de Assuntos Europeus, Maria João Costa, e pelo Representante Permanente da Assembleia da República junto da UE, Bruno Pinheiro.

A XLV COSAC debateu os seguintes temas:

Sessão de Abertura

O Presidente da Comissão de Assuntos Europeus do Parlamento Húngaro, Richárd Hörcsik, deu as boas-vindas aos membros da COSAC e saudou as delegações convidadas (representantes das Comissões de Assuntos Europeus dos Parlamentos da Noruega e da Macedónia). Apresentou, por fim, um voto de pesar pelo falecimento do antigo Presidente da República Húngaro, Ferenc Mádli.

De seguida, tomou a palavra o Presidente da Assembleia Nacional da Hungria, László Kövér, que fez uma intervenção centrada nos oito encontros parlamentares organizados no âmbito da Presidência Húngara, entre comissões congéneres dos Parlamentos da UE: assuntos europeus, finanças, desenvolvimento regional e desenvolvimento sustentável, agricultura, saúde, negócios estrangeiros, educação, ciência, investigação e emprego. Referiu o facto de a Conferência de Presidentes, realizada em Bruxelas, entre os dias 3 e 5 de Abril, não ter chegado a um acordo final relativamente ao debate sobre o acompanhamento parlamentar da Política Externa e de Segurança Comum/Política Comum de Segurança e Defesa (PESC/PCSD), considerando, porém, possível que se viesse a atingir um consenso no futuro, uma vez que o que distanciava as várias posições não eram questões fundamentais. Por fim, referiu-se à organização da Presidência Húngara do Conselho da UE, salientando também a importância atribuída à diversidade cultural e ao conhecimento de culturas distintas, referindo o facto de,



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

todas as semanas, terem sido organizados eventos culturais sobre as culturas de cada país da União.

O Presidente da Comissão de Assuntos Europeus do Parlamento Húngaro, Richárd Hörcsik, retomou a palavra e considerou que a maior parte da agenda da Presidência Húngara do Conselho da UE estava cumprida, destacando a aprovação, prevista para Junho, do pacote das iniciativas sobre a governação económica, uma das prioridades da Presidência Húngara. Referiu, contudo, o facto de existirem sempre, no decurso de cada Presidência, matérias que não tinham sido previstas e a que a Presidência teve de dar seguimento, como, por exemplo o processo referente à iniciativa para melhorar a competitividade, sob proposta alemã e francesa (Pacto *Euro Plus*), a coordenação económica, ou o facto de três países, por questões de falta de liquidez, terem tido de solicitar auxílio financeiro, e, concomitantemente, a necessidade de se proceder ao debate sobre o mecanismo europeu de estabilidade, para além do debate acerca da revisão do Acordo de Schengen, etc.

Adopção da agenda da XLV COSAC

De seguida, o Presidente da Comissão de Assuntos Europeus do Parlamento Húngaro, Richárd Hörcsik, apresentou a agenda da XLV COSAC, registando a sua aprovação pelos membros da COSAC.

Salientou o facto de a Proposta de Directiva do Conselho relativa a uma matéria colectável comum consolidada do imposto sobre as sociedades (CCTB), (COM(2011)121), ter reunido, pela primeira vez, oito pareceres fundamentados por parte das Câmaras dos Parlamentos Nacionais da UE, identificando a violação, por parte da mencionada proposta, do princípio da subsidiariedade.

Relativamente às conclusões da Conferência de Presidentes dos Parlamentos da UE, informou que os colegas belgas estavam ausentes, propondo que se mantivesse o ponto na agenda e que as conclusões fossem apresentadas por si próprio, Presidente da Comissão dos Assuntos Europeus Húngara.

Apresentação do 15.º Relatório bianual

O Presidente da Comissão de Assuntos Europeus, Richárd Hörcsik, começou por informar que todos os Parlamentos Nacionais tinham respondido ao questionário previamente enviado e que os resultados obtidos eram importantes no sentido de dar a conhecer o pensamento e a prática dos Parlamentos Nacionais relativamente aos vários temas abordados (Estratégia



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

Europa 2020, Semestre Europeu e Análise Anual do Crescimento, Governação económica e regulação financeira e Programa de Trabalho da Comissão Europeia para 2012).

Decisões da reunião presidencial da troika

O Presidente da Comissão de Assuntos Europeus, Richárd Hörcsik, informou que a agenda foi aprovada com dois aditamentos; analisado o Relatório Bianual da COSAC; debatida e aprovada a alteração do regulamento da COSAC, com base na versão consolidada enviada no dia 26 de Maio. Referiu ainda o facto de se terem debatido as propostas de contributo e conclusões da COSAC, tendo sido efectuado um quadro com a versão consolidada com as várias propostas de emendas enviadas por várias delegações. Mencionou ainda as diferentes cartas que foram recebidas pela Presidência sobre os mais variados temas – designadamente a carta do Presidente da Comissão de Assuntos Europeus da Assembleia da República, Vitalino Canas. Propôs que a próxima Presidência tivesse em consideração a questão dos actos delegados referida pelo Senado do Parlamento da Itália. Por fim, regozijou-se pelo facto de 35 Câmaras parlamentares já terem enviado as cartas de compromisso para o co-financiamento do Secretariado da COSAC.

Ponto de situação da Presidência Húngara do Conselho da UE

O Primeiro-Ministro da Hungria, Viktor Orbán, que foi presidente da Comissão de integração da Hungria na UE, procedeu a uma breve apresentação sobre o calendário e os principais êxitos da Presidência Húngara do Conselho da UE.

Apresentou a sua visão sobre a história recente da UE e recordou que a Estratégia de Lisboa, em 2000, preconizava transformar a Europa no mercado mais competitivo do mundo e que, nessa altura, o ambiente era de optimismo, sem se poder prever o que viria a suceder na economia mundial. Considerou que o que aconteceu com a crise financeira, com o problema das dívidas soberanas, conjugado com a previsível questão demográfica na Europa, resultava num cenário verdadeiramente preocupante e que serviu de substrato à Presidência Húngara, que transformou em primeiro grande objectivo a criação de uma governação económica, que possa evitar novas situações idênticas às actuais. Aludiu a dois erros na forma como a crise económica foi abordada: por um lado, a UE subestimou a importância da dívida pública e, por outro lado, enraizou-se a ideia de que um Estado fraco era preferível a um Estado mau. No futuro, desejou que ambos os erros fossem ultrapassados através do combate sério à dívida pública e à criação e consolidação de Estados fortes.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

Neste âmbito referiu que o Parlamento Europeu apresentara um conjunto alargado de propostas de alteração ao pacote de governação económica, mas que a Presidência esperava cumprir o prazo com vista a encerrar o processo durante o mês de Junho. Recordou ainda que a Hungria precisou do FMI e que o seu auxílio foi fundamental, bem como que as taxas decorriam dos mercados e que era importante continuar a acreditar nos mercados.

Referiu-se também a outros objectivos da Presidência, como a necessidade de se regular o mercado de energia europeu; definir uma estratégia comum para toda a Europa sobre a população cigana, no sentido de resolver um problema que é comum a diversos Estados; procurar definir abordagens comuns no combate ao desemprego, assim como aos problemas demográficos, tendo a Presidência promovido um estudo que poderá ter resultados surpreendentes sobre esta matéria; debater a situação no Norte de África e no Japão; proceder ao ponto de situação acerca do processo de alargamento da UE, colocando a questão de a UE manter as fronteiras que actualmente tem ou continuar a construir-se, a desenhar o sonho europeu, mesmo contra a opinião dos Media e das populações.

Constatou que o Tratado de Lisboa limitava as possibilidades no quadro da política externa, não se podendo actuar facilmente no âmbito da imigração. Contudo, referiu que não se devia pensar em alterar Schengen, antes de esgotar todas as possibilidades que o mecanismo encerrava, nomeadamente por razões de imigração. Defendendo que só depois de esgotadas essas possibilidades, se poderia pensar em como alterar as regras. No que diz respeito à adesão da Bulgária e Roménia ao espaço Schengen, a Hungria considerou que ambos os países satisfaziam as exigências, mas que existiam outras considerações a ter em atenção e que caberia ao Conselho JAI do início de Junho tomar essa decisão. Em geral, em relação à política de imigração para a Europa, desejou o maior sucesso à Presidência polaca, pois considerou que este seria um dos desafios que teria de encarar.

Salientou que os desafios da Hungria se inseriam nos próprios desafios da UE, referindo o processo de transformação económica profunda em curso (dívida externa, sistema tributário, política de emprego, etc.) e, recordando, por outro lado, o facto de a Hungria ter integrado, nos últimos 100 anos, três economias (sociedade de guerra; sociedade de bem-estar; sociedade de trabalho), considerando que o que foi possível fazer no ocidente do pós guerra, não poderia ser suportado nos tempos actuais, exigindo-se, por isso, uma profunda alteração de paradigma com vista a sociedades de trabalho. De facto, o crescimento económico, por si só, não resolvia os problemas, a não ser que fosse conjugado com acções que promovessem o emprego.

Considerou ser necessário estabelecer as prioridades para os próximos 20 anos e acompanhá-las por um discurso político forte, emanado de lideranças europeias consolidadas, assentes numa forte identidade cultural e nacional. Neste âmbito, destacou a importância da aprovação



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

da Estratégia do Danúbio, mas referiu que o seu sucesso dependia do investimento financeiro que estivesse subjacente.

Proseguiu, destacando a importância da Política de Vizinhança da UE, considerando as boas relações com os vizinhos uma pedra basilar da UE. Assim, para além da integração dos Balcãs, considerou dever ser dada prioridade às relações com a Rússia, com vista a garantir a estabilidade das relações na região e uma clara base de diálogo para o futuro, permitindo garantir a paz e a segurança energética (revelando-se para os países do Leste da Europa, fundamental diversificar as redes de energia; assim como à promoção de um fundo de desenvolvimento próprio, para evitar continuar a depender de capitais externos e com capacidade para gerar investimento). Relativamente à política de alargamento, referiu-se ainda à Croácia, aludindo à possibilidade de encerrar todos os capítulos de negociação ainda na Presidência Húngara. A este propósito referiu que a estratégia de fazer processos negociais em bloco nos Balcãs era errada e que a adesão da Croácia demonstraria que a estratégia do “passo a passo” era a melhor para a região.

Finalmente, referiu que, no futuro, se deveriam discutir mais os valores e menos os números (menos os números de empregos/desempregos e menos economia). Dever-se-ia dar ênfase aos valores nacionais que caracterizam a civilização europeia, mas também à família, ao progresso pelo mérito, etc. Constatou ainda que o motor do desenvolvimento económico europeu estava a oscilar para leste e enfatizou que, nos próximos anos, seriam os países de centro-leste o motor económico da Europa, com capacidade para reter a indústria nesta área do globo. Terminou, afirmando que nos próximos 15/20 anos se conseguiria construir uma Hungria forte, mas também uma Europa forte, cada vez mais centrada no centro e no leste.

Na sequência desta intervenção, inaugurou-se o debate, com as intervenções dos Srs. Deputados Arias (Espanha), Casini (PE), Santini (Itália), Lavtizar Bebler (Eslovénia), Barovic (Eslovénia), Wittbrodt (Polónia), Neugebauer (Áustria), Cash (Reino Unido), Sarikas (Chipre), Toshev (Bulgária), Rakoczy (Polónia), Rasaliu (Roménia), Mimica (Croácia), Zisi (Grécia), Plevris (Grécia), Schennach (Áustria) e Formichella (Itália). Estes oradores focaram questões relacionadas com a governação economia (designadamente a participação dos Parlamentos nacionais no processo); a estratégia para a integração dos ciganos; a adesão da Croácia na UE, mas também as questões do alargamento (designadamente à Macedónia, mas em geral a toda a região dos Balcãs); a Estratégia para o Mediterrâneo; o processo referente à criação da patente unitária, com a exclusão de Espanha e Itália; o significado da Europa para as próximas gerações, frisando os valores fundamentais a União, nomeadamente na defesa dos direitos humanos; as questões da imigração e da política de vizinhança; o Espaço Schengen (nomeadamente, a adesão da Bulgária e da Roménia); a política de acompanhamento da



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

PESC/PCSD; a Estratégia do Danúbio; o mercado de energia europeu e seus mercados regionais; e a política agrícola comum.

O Senhor Presidente da CAE, Sr. Deputado Vitalino Canas (PS), referiu que Portugal, apesar de tudo ter feito para o evitar, teve de recorrer ao auxílio externo, muito devido à crise económica mundial e europeia que agravou antigos problemas estruturais, que se encontravam em fase de resolução. Assim, Portugal teve de recorrer ao auxílio externo e negociar com o FMI/CE/BCE, facto que, apesar de não ter sido parte, a Presidência certamente acompanhou. Sobre este assunto, primeiro, assegurou que Portugal iria cumprir com todos os compromissos estabelecidos no Memorando, independentemente do resultado das eleições, pois os três partidos que poderiam pertencer ao Governo após as próximas eleições tinham dado o seu acordo aos objectivos traçados pelo FMI/CE/BCE. Em segundo lugar, informou a COSAC sobre o facto de o FMI ter sido mais maleável nas condições impostas, atribuindo taxas de juro mais baixas do que a CE/BCE. Tal situação não podia deixar de se estranhar, frisou, e defendeu que conduziria à necessidade de renegociação junto da UE da taxa por esta estabelecida.

O caminho da recuperação: Governação económica, Estratégia Europa 2020 e Semestre Europeu

O Comissário Europeu e Vice-Presidente da Comissão Europeia, responsável pelas relações inter-institucionais e administração, Maroš Šefčovič, começou por abordar a questão do caminho para a recuperação económica europeia, a governação económica, a Estratégia Europa 2020 e o Semestre Europeu. Sobre este tema, começou por referir que no rescaldo da crise se assistia a uma recuperação díspar e que o sistema financeiro ainda não estava estabilizado, mas que importava não ceder ao caminho fácil de reforçar as políticas proteccionistas. Afirmou ainda que esta crise não tinha precedente e que a sua severidade fora implacável. Uma das consequências da severidade da crise foi a erosão da confiança dos cidadãos nas instituições, pelo queurgia voltar a ganhar essa confiança.

Neste âmbito, destacou as três vertentes de actuação da UE com vista a transformar a situação económica, permitindo uma verdadeira governação económica:

1. Reforma abrangente do sistema financeiro: criação de 3 entidades supervisoras europeias; reforço da supervisão dos serviços financeiros;
2. Estratégia Europa 2020: envolvimento activo dos Parlamentos nacionais e da COSAC no seu debate e forma de concretização;



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

3. Melhoria da governação económica no seu todo (designadamente, pacote legislativo em intensa negociação até ao final do mês de Junho) e Pacto para o Euro.

De seguida aludiu à necessidade de maximizar as potencialidades do mercado interno, dando como exemplos áreas onde não existia ainda um verdadeiro mercado interno, nomeadamente, de energia ou de serviços. Acrescentou que era fundamental criar um verdadeiro mercado interno, o que possibilitaria a criação de mais empregos e mais possibilidades de negócio.

Relativamente ao CCTB (iniciativa relativa à criação de uma base comum de imposto consolidada sobre as sociedades), deu conta que recebeu 4 respostas positivas e 8 (13 votos) que suscitam a questão da violação do princípio da subsidiariedade. Contudo, fundamentou a apresentação desta iniciativa pela Comissão Europeia com o facto de várias empresas reclamarem um imposto que facilitasse as transacções internacionais dentro do espaço comunitário, evitando a dupla taxação. Do mesmo modo, esclareceu que a proposta não visava apenas as grandes empresas, mas também as PME's, porque se concluiu que utilizavam de forma muito reduzida o mercado interno, importando fomentar essa utilização. A Comissão Europeia pretendeu com esta iniciativa colaborar na criação de um sistema para todos os empreendedores no mercado único. Esclareceu ainda que não se pretendeu uniformizar as taxas de impostos, por essa ser da competência dos Estados-Membros. Do mesmo modo, também não se pretendeu impor este mecanismo a todos os Estados-Membros.

Abordou então o quadro plurianual para os próximos 5 ou 7 anos, referindo que 95% do orçamento da UE regressava aos Estados-Membros através de programas e planos e apenas 5% diziam respeito a custos administrativos da UE. Referiu ainda que importava simplificar os procedimentos relacionados com os programas de apoio, mas alertou para o facto de muitos dos problemas se situarem ao nível nacional, pois os Estados-Membros tendiam a duplicar procedimentos.

Antes de concluir, saudou a discussão de tópicos políticos na COSAC, bem como a futura discussão sobre o Programa de Trabalho da Comissão Europeia. Finalmente, agradeceu todos os pareceres dos Parlamentos nacionais recebidas no âmbito da verificação do princípio da subsidiariedade, bem como no âmbito do diálogo político.

Na sequência desta intervenção, inaugurou-se o debate, com as intervenções dos Srs. Deputados Kaikkonen (Finlândia), Van Bommel (Holanda), Badre (França), Lambert (França), Luoanas (Letónia), Neugebauer (Áustria), Cash (Reino Unido), Di Giovanni Paolo (Itália), Gozi (Itália), Presecnik (Eslovénia), O' Cathan (Reino Unido), Gualtier (PE), Cleanthous (Chipre), Aristotelous (Chipre), Hübner (Áustria), Pirkhuber (Áustria), Andriukaitis (Lituânia) Miller (Bélgica), Vercamer (Bélgica), Albert (Roménia), Meldgaard (Dinamarca), Zammit Dimech (Malta), Moscoso del Prado (Espanha), Galazewsky (Polónia), Zisi (Grécia), Batzeli (Grécia), Manolakau (Grécia), Papadimoulis (Grécia), Haby (Suécia) e Liegis (Letónia), que se



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

pronunciaram sobre os seguintes temas: a proposta “CCTB” (designadamente, foram apresentadas críticas à criação do CCTB (falta de fundamentação sobre a necessidade da sua criação, matéria da competência exclusiva dos Estados-Membros, violação do princípio da subsidiariedade, etc.) e foi referida a participação dos Parlamentos nacionais no escrutínio desta iniciativa; o diálogo político com a Comissão e seu aprofundamento; a redefinição do sistema financeiro e económico; a implementação do semestre europeu e o acompanhamento do mesmo pelos Parlamentos nacionais; o financiamento da Estratégia do Danúbio; a introdução de uma taxa sobre as transacções financeiras; a necessidade de repensar os valores do custo de trabalho; a governação económica e a Estratégia Europa 2020 como geradoras de crescimento económico e bloqueadoras de novas crises (embora tenham surgido dúvidas sobre se estas medidas seriam suficientes); Planos Nacionais de Reformas devem reflectir a Estratégia Europa 2020 e serem ambiciosos; a importância do quadro plurianual; a utilidade e os objectivos da política de coesão; a questão energética e a eventual realização de uma conferência sobre o fim do recurso à energia nuclear; a criação das obrigações europeias (eurobonds); a criação de um fundo para efectivar a Estratégia Europa 2020; as alterações climáticas; os problemas económicos e financeiros, que não deviam ofuscar os problemas sociais, designadamente, a pobreza; e a revisão profunda da Política Agrícola Comum.

Neste debate também participou o Senhor Deputado Luís Rodrigues (PSD), que referiu a necessidade da Europa voltar a olhar para o sector primário (designadamente para a agricultura e pesca), como forma de reequilibrar a balança alimentar. Acrescentou que o menosprezo pelo sector primário conduziu a uma Europa a viver acima das suas possibilidades. Salientando a necessidade de alterar este paradigma e abordar os problemas com uma visão realista, mesmo que como pano de fundo permaneçam os ideais que consolidavam o projecto europeu.

Modificações do Regulamento da COSAC

O Presidente da Comissão de Assuntos Europeus, Richárd Hörcsik, informou que, no seguimento do acordado na última COSAC, foi apresentada uma proposta consolidada de alteração do Regulamento da COSAC, a qual foi remetida aos membros da COSAC no dia 26 de Maio e que mereceu o acordo da Troika da COSAC. Antes de ser submetida a votação a delegação do Parlamento Europeu solicitou a palavra para apresentar uma proposta oral de alteração do ponto 1.2. Esta proposta gerou um debate aceso, no qual participaram as delegações da Itália, Lituânia, Reino Unido (ambas as Câmaras), Parlamento Europeu, Polónia, Dinamarca, Espanha e Portugal.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

Não tendo sido possível chegar a um consenso, a presidência adiou este ponto para o dia seguinte com o objectivo de se conseguir chegar a um consenso.

Relatório sobre os Resultados da Conferência de Presidentes dos Parlamentos da UE

O Presidente da Comissão de Assuntos Europeus, Richárd Hörcsik, atendendo à ausência do Presidente da Câmara dos Representantes da Bélgica, André Flahaut, apresentou ele próprio os resultados da Conferência de Presidentes dos Parlamentos da UE, com especial ênfase para o acompanhamento parlamentar da PESC-PCSD, na sequência do fim da Assembleia Parlamentar da UEO.

De seguida tomaram a palavra os Srs. Deputados Consilgio (Itália), Krichbaum (Alemanha), Brok (Parlamento Europeu), Mahoux (Bélgica), Anasagasti (Espanha), Rakoczy (Polónia), Martinez Martinez (Parlamento Europeu), Meldgaard (Dinamarca), Gualteri (Parlamento Europeu), Roper (Reino Unido), Yakis (Turquia), Santini (Itália) e Andrukaitis (Lituânia). Na generalidade, cada um dos intervenientes expressou a posição do seu Parlamento sobre esta questão, sublinhando-se a ideia de que a PESC-PCSD devia ser acompanhada pelos Parlamentos nacionais, por se tratar de matéria da competência dos Governos dos Estados-Membros. Da mesma forma, a maioria dos Parlamentos nacionais manifestou a sua concordância com delegações de seis membros, incluindo a delegação do Parlamento Europeu, e que os membros pudessem provir também das Comissões de Defesa e Negócios Estrangeiros de cada Parlamento nacional. Após as intervenções menos consensuais de membros da delegação do Parlamento Europeu, foi manifestado também o desejo de que, no decurso da Presidência polaca, se incluísse este assunto na agenda por forma a prosseguir o debate com vista à obtenção de um consenso. Finalmente, foram feitas referências aos acontecimentos no Norte de África e à necessidade de debate sobre o envio de tropas para o estrangeiro.

Neste debate também participou o Senhor Presidente da Comissão de Assuntos Europeus, Deputado Vitalino Canas (PS), que salientou que o acompanhamento parlamentar da PESC-PCSD fora discutido aprofundadamente na Assembleia da Republica, tendo sido objecto de uma resolução votada em plenário. Assim, informou que o Parlamento português se revia no contributo da COSAC de Bruxelas (ponto 2.2) e considerou que o modelo de acompanhamento interparlamentar devia ter como base o artigo 10.º do Protocolo n.º 2 do Tratado de Lisboa. Considerou que o modelo deveria ser semelhante ao da COSAC, incluindo delegações de 6 Membros, mas com participação tripartida das comissões competentes (Assuntos Europeus, Defesa e Negócios Estrangeiros). Do mesmo modo, transmitiu que o Parlamento português considerou que aquela Conferência deveria ser presidida pelo



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

Parlamento que presida à COSAC e que as reuniões deveriam ocorrer 1 ou 2 vezes por ano. Finalmente, afirmou que devia ser possível chegar a um consenso sobre esta matéria ainda em 2011.

Debate do contributo e das conclusões da XLIV COSAC pelos Chefes das delegações

Deu-se, então, início ao debate das propostas de contributo e de conclusões (versão consolidada das 12h do próprio dia) apresentadas pela Presidência Húngara, na reunião apenas reservada aos presidentes das CAE/chefes das delegações à COSAC. As propostas de alteração apresentadas por diversas delegações foram objecto de longo e intenso debate.

O Senhor Presidente da Comissão de Assuntos Europeu, Deputado Vitalino Canas (PS) acompanhou e participou na votação das várias propostas de alteração que resultaram nos textos finais, que foram sujeitos a votação no dia seguinte.

Debate sobre o Estado da União

No dia 31 de Maio, os trabalhos foram inaugurados pelo Presidente da Comissão de Assuntos Europeus do Parlamento Húngaro, Richárd Hörcsik, que apresentou o orador convidado, Professor György Schöpflin.

O Professor Schöpflin começou por fazer uma análise dos obstáculos que a União Europeia enfrentava: o aumento da defesa do interesse nacional, directamente proporcional ao aumento do eurocepticismo, designadamente entre deputados; o aumento da componente intergovernamental nas decisões da UE, percebido, em especial, pelos pequenos Estados-Membros, por sentirem mais a diminuição da componente inter-comunitária; o facto de os meios de comunicação encararem todas as formas de exercício do poder com suspeição, traduzindo-se numa visão menos favorável relativamente ao funcionamento da UE; os problemas da imigração e a falta de capacidade da UE em lhes dar resposta; a burocracia de Bruxelas e a dificuldade do cidadão em se reconhecer na cidadania europeia.

No entanto, apesar destes obstáculos, suscitou as seguintes questões: Como seriam as relações entre os países europeus sem a integração? Existiria vontade política de reconstituir a ideia de Europa? Existiria vontade de diminuir o peso intergovernamental?

No seu entender, o lançamento da ideia de uma Europa forte pela Presidência Húngara não foi despicienda, mas sim fundada na ideia de que seria necessário reforçar a ideia de Europa e que esse seria o futuro para encarar e ultrapassar os obstáculos que foram elencados. Por último, reforçou a ideia de que a Europa tinha de funcionar em conjunto.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

Esta intervenção suscitou comentários e questões dos Srs. Deputados Montag (Alemanha), Casini (Parlamento Europeu), Boldi (Itália), Godec (Eslovénia), Firtl (Hungria), Cash (Reino Unido), Formichella (Itália), Cleanthous (Chipre), Parera (Espanha), Andriukaitis (Lituânia), Galazewski (Polónia), Yakis (Turquia), Zammit Dimech (Malta), Luikk (Bélgica), Öymen (Turquia), Pirkhubber (Áustria), Boogaerts (Bélgica), Nedelcu (Roménia), Connarty (Reino Unido) e Mile (Hungria). Os intervenientes referiram-se às energias renováveis e ao abandono do nuclear como caminho certo para o futuro da política energética da União; à necessidade de manter a identidade europeia; ao problema da imigração relacionado com a situação no Norte de África, com a gestão das fronteiras externas da União e com o espaço Schengen; à importância da manutenção da política do alargamento para o futuro da União e a integração dos vizinhos na UE (nomeadamente, a adesão próxima da Croácia); à falta de democracia na UE e à desadequação de perspectivas entre Bruxelas e a realidade das populações europeias; à incapacidade da União responder rápida e eficazmente à crise económica e social; à necessidade de os Parlamentos nacionais trabalharem em conjunto, designadamente no seio da COSAC, para concretizar uma Europa mais justa e mais forte; à necessidade de se deixar de discutir procedimentos e passar a discutir políticas e à necessidade de lutar contra os egoísmos nacionais e fomentar a solidariedade entre os povos europeus. Finalmente, registre-se o apelo formulado por vários membros da delegação do Parlamento da Turquia para que fossem desbloqueadas as negociações para a adesão da Turquia e que esta pudesse ser acolhida no espaço europeu.

Neste debate também participou o Senhor Deputado Alberto Costa (PS), que referiu a dificuldade de manter a confiança no projecto europeu junto dos cidadãos, por causa das atitudes das instituições europeias. De facto, recordou, que se em alguns Estados-Membros são sentidos pelos eleitores os custos a suportar, aparentes ou reais, da solidariedade, outros há, em que se sentia severamente os custos da austeridade, os cortes nas prestações sociais, o desemprego e a incerteza sobre o futuro. Referiu-se ainda às diferenças de taxas praticadas pelo FMI e pelas instituições europeias nos empréstimos concedidos aos Estados-Membros em dificuldades. Acrescentou que era difícil fazer acreditar aos que recebiam os tais empréstimos que se tratava de uma manifestação de solidariedade e de ajuda e que era difícil explicar que as taxas e *spreads* usurários praticados reflectiam o projecto europeu. Referiu ainda que importava reflectir sobre uma visão de dívida pública mais adaptada à natureza da União, uma visão que reflectisse a capacidade de fazer frente aos impactos assimétricos provocados pelos mercados nas diferentes economias. Concluiu, referindo a importância de libertar a Europa e o Euro das nuvens que pairavam sobre o futuro da Europa.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

A Senhora Deputada Vânia Jesus (PSD) também interveio neste debate, aludindo à situação actual europeia e aos riscos que tal acarretava, nomeadamente, porque taxas muito altas dificultavam o regresso aos mercados. Acrescentou que não existia uma verdadeira consolidação orçamental sem crescimento da economia, pelo que importava repensar as questões relacionadas com o trabalho, mas também, em geral, as questões sociais. Finalmente, concluiu que seria desejável uma Europa mais unida, mais justa e mais virada para os cidadãos, mas também mais solidária.

Modificações do Regulamento da COSAC (continuação)

O Presidente da Comissão de Assuntos Europeus, Richárd Hörcsik, deu início ao debate com base na versão distribuída pela Presidência às 17h00 de 30 de Maio, a qual suscitou a oposição do Parlamento Europeu no que diz respeito ao ponto 1.2. Apenas as delegações belga e italiana mostraram alguma simpatia pelos argumentos aduzidos pelo Parlamento Europeu. Em sentido contrário manifestaram-se as delegações do Reino Unido (ambas as câmaras), da Alemanha, da Dinamarca, da Espanha e da República Checa.

Após intenso debate, a delegação do Parlamento do Luxemburgo propôs que o ponto 1.2 começasse apenas com a referência ao Tratado de Lisboa e sem referência nem ao Protocolo n.º 2, nem a qualquer dos artigos ou secções que o compõem. Esta proposta teve o apoio do Parlamento belga e foi colocada a votação, tendo sido aprovada por unanimidade.

Assim, pelas 12h20, foi distribuída na versão final da Proposta de alteração do Regulamento da COSAC, a qual foi aprovada por unanimidade (ver anexo 3).

Debate e adopção do contributo e das conclusões da XLIV COSAC

O Presidente da Comissão de Assuntos Europeus, Richárd Hörcsik, colocou à votação o contributo e as conclusões da COSAC (na versão consolidada de 30 de Maio, 19h00).

Depois de um breve retomar do debate tido na véspera sobre o contributo, pela delegação britânica, ambos os documentos foram aprovados (ver anexos 4 e 5).



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

Questões a ter especialmente em consideração pela Assembleia da República:

1. A importância de uma participação activa de todos os Paramentos nacionais no Semestre Europeu, no âmbito das suas competências em matérias orçamentais, bem como no escrutínio dos Planos Nacionais de Reformas (ponto 1.3 do Contributo).
2. A possível realização de uma conferência interparlamentar para debate das questões orçamentais (ponto 1.4 do Contributo).
3. Na sequência do contributo da COSAC de Bruxelas, destaque-se, no que diz respeito ao acompanhamento parlamentar da PESC-PCSD, o facto de não existir ainda consenso sobre a matéria e que, apesar das conclusões da reunião de Presidentes dos Paramentos da UE constituir um bom início de debate, deverá ser promovida, a breve trecho, a continuação do debate com vista à determinação de um modelo de escrutínio parlamentar daquelas matérias (ponto 2 do Contributo).
4. No que diz respeito às Conclusões da COSAC, destaca-se a aprovação da alteração do Regulamento da COSAC; a possibilidade de se organizar um debate anual de política geral sobre a UE na COSAC do primeiro semestre de cada ano; e, no segundo semestre, a possibilidade da Comissão Europeia apresentar na reunião da COSAC o seu Programa de Trabalho para o próximo ano. Por último, refira-se que proximamente deve ser acordado o financiamento da COSAC para o biénio 2012-2013.
5. Por fim, o Presidente da delegação do Parlamento Polaco anunciou que a próxima Conferência de Presidentes das CAE dos Paramentos nacionais e do PE se realizaria em Varsóvia, nos dias 10 e 11 de Julho de 2011 e que a XLVI COSAC decorreria entre os dias 2 e 4 de Outubro de 2011.

Pl'a Delegação da Comissão de Assuntos Europeus à COSAC,

(Vitalino Canas)

Assembleia da República, 16 de Junho de 2011



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

Lista de Anexos:

Anexo 1 – Agenda;

Anexo 2 – Lista de participantes;

Anexo 3 – Regulamento da COSAC alterado na XLV COSAC;

Anexo 4 - Contributo da XLV COSAC às instituições europeias;

Anexo 5 – Conclusões da XLV COSAC.

Todos os documentos, os acima destacados assim como outros documentos que serviram de base à reunião, encontram-se disponíveis em:

<http://www.cosac.eu/en/meetings/Budapest/ordinary/>

Draft as of 16 May 2011

DRAFT PROGRAMME

XLV COSAC

29-31 May 2011

Budapest, Hungary

Sunday, 29 May 2011

Arrival of delegations

15.00 – 18.00

Registration at hotels

For the participants of the Meeting of the Presidential Troika of COSAC:

16.10 Departure by bus from the hotels

16.30 – 18.00

Meeting of the Presidential Troika of COSAC

Venue: Delegation Hall, Parliament Building

18.00 Departure by bus from the Parliament to the Hotels

19.00 Departure by bus to the Restaurant “Kerék Csárda”

19.30 Welcome dinner hosted by Mr. Richárd Hörsik, Chairman of the European Affairs Committee with folklore performance

20.45 Departure by bus/or walk to the boat-pier

21.00 Sightseeing by boat with wine-tasting

22.00 Return to the boat-pier, walk to the Hotels/or bus

Monday, 30 May 2011

08.15-09.15

Political groups' meetings in the Parliament Building

09.15-17.00

XLV COSAC

09.15 Welcome addresses and procedural issues

- Welcome addresses by Mr. László Kövér, Speaker of the Hungarian National Assembly and Mr. Richárd Hörsik, Chairman of the Committee on European Affairs

- Adoption of the Agenda

- Presentation of the 15th Bi-annual Report

- Decisions of the Presidential Troika of COSAC

10.00 State of play of the Hungarian Presidency of the Council of the European Union

Presentation by Mr. Viktor Orbán, Prime Minister of Hungary

Debate

11.30 Coffee break

11.45 The way to recovery: Economic governance, Europe 2020 Strategy and European Semester

Introduction by Mr. Richárd Hörsik, Chairman of the Committee on European Affairs followed by the presentation of Mr. Maroš Šefčovič, Vice-President of the European Commission responsible for Inter-Institutional Relations and Administration

Debate

13.15 Family photo

13.30-14.45

Buffet lunch in the Hunter's Hall of the Parliament at the invitation of Mr. Richárd Hörcsik, Chairman of the Committee on European Affairs

14.15-14.45

Guided tour in the Parliament (optional)

15.00 Technical modifications of the COSAC Rules of Procedure

Debate

16.00 Report on the Proceedings of the Conference of Speakers of EU Parliaments

Presentation by Mr. André Flahaut, Speaker of the Belgian Chamber of Representatives

Debate

17.00 End of session

17.00-18.30

Chairpersons' meeting concerning the contribution and conclusions of the XLV
COSAC

18.30 Chairpersons' return to the Hotels

19.15 Departure by buses to the Dinner and exhibition

19.30-20.30

Visit of the exhibition "Solidarity and More – A Thousand Years of Hungarian-Polish Relations"
National Museum



20.30-22.00

Dinner offered by Mr. István Jakab, Deputy Speaker of the Hungarian National Assembly on behalf of Mr. László Kövér, Speaker of the Hungarian National Assembly

22.00 Departure by buses from the National Museum to the Hotels

Tuesday, 31 May 2011

09.00 Continuation of the XLV COSAC

09.00 General policy debate on the State of the Union

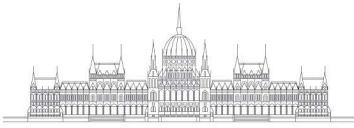
Keynote speaker: Mr. György Schöpflin, MEP, Jean Monnet professor

Debate

10.30 Coffee break

11.00 Debate and adoption of the contribution and conclusions of the XLV COSAC

12.00 Closing reception in the Hunter's Hall



MAGYAR ORSZÁGGYŰLÉS

eu 2011.hu

Résztvevők listája
List of Participants
Liste des participants

XLV COSAC

XLV^e COSAC

AUSTRIA – AUTRICHE

Nationalrat / National Council / Conseil national

<i>Mr. Fritz NEUGEBAUER</i>	Second President of the National Council, Chair of the Standing Subcommittee on EU Affairs
<i>Ms. Christine MUTTONEN</i>	Deputy-Chair of the Committee
<i>Mr. Johannes HÜBNER</i>	Deputy-Chair of the Committee
<i>Mr. Wolfgang PIRKLHUBER</i>	Member of Parliament
<i>Ms. Katharina STOURZH</i>	Head of the Office of the Second President

Bundesrat / Federal Council / Conseil fédéral

<i>Mr. Georg KEUSCHNIGG</i>	Chairman of the EU Committee
<i>Mr. Stefan SCHENNACH</i>	Deputy-Chairman of the Committee
<i>Ms. Brigitte BRENNER</i>	Ambassador/Head of the EU and International Services
<i>Mr. Gerhard KOLLER</i>	Head of the European relations division
<i>Mr. Georg MAGERL</i>	Representative to the EU
<i>Ms. Sabine NEYER</i>	Staff

BELGIUM – BELGIQUE

Chambre des représentants / House of Representatives

<i>M. Stefaan VERCAMER</i>	Member of the European Affairs Committee
<i>M. Peter LUYKX</i>	Member of the Committee
<i>M. Hugo D'HOLLANDER</i>	Chef de la division du

M. Carlos DEMEYERE

département affaires
européennes
Premier Conseiller Affaires
Européennes

Sénat / Senate

M. Philippe MAHOUX

Senator, Chair of the Federal
Advisory Committee on EU
Affairs

M. Frank BOOGAERTS

Senator

M. Richard MILLER

Senator

Mme. Fabienne HAVAUX

M. Tim DE BONDT

Secretary of the delegation

Mme. Iuna SADAT

Secretary of the delegation

BULGARIA – BULGARIE

**Народно събрание на Република България / National Assembly /
Assemblée Nationale**

Ms. Monika PANAYOTOVA

Chairperson of the Committee
on European Affairs and
Oversight of the European
Funds

Mr. Dzhevdet CHAKAROV

Vice-Chairperson of the
Committee

Ms. Kalina KRUMOVA

Member of Parliament

Mr. Plamen ORESHARSKI

Member of Parliament

Mr. Vladimir TOSHEV

Member of Parliament

Ms. Anna ASENOVA

Permanent Representative

CYPRUS – CHYPRE

Vouli ton Antiprosopon / House of Representatives / Chambre des représentants

<i>Mr. Nicos CLEANTHOUS</i>	Chairman of the House Standing Committee on European Affairs
<i>Mr. Demetris SYLLOURIS</i>	Member of Parliament
<i>Mr. Tasos MITSOPOULOS</i>	Member of Parliament
<i>Mr. Aristos ARISTOTELOUS</i>	Member of Parliament
<i>Mr. Fidias SARIKAS</i>	Member of Parliament
<i>Mr. Vassiliki ANASTASSIADOU</i>	Director
<i>Mr. Evie HADJIYANNI</i>	Director
<i>Mr. Hara PARLA</i>	International Relations Officer
<i>Mr. Andreas CHRISTODOULOU</i>	European Affairs Officer

CZECH REPUBLIC / RÉPUBLIQUE TCHÈQUE

Senát / Senate / Sénat

<i>Mr. Ludek SEFZIK</i>	Chair of the Committee on EU
<i>Mr. Otokar VEROVSKY</i>	Vice-Chair of the Committee
<i>Mr. Jiri GEORGIEV</i>	Advisor
<i>Ms. Adela MIKOVA</i>	Head of the EU Unit
<i>Mr. Roman KARGER</i>	Staff

Poslanecká sněmovna / Chamber of Deputies / Chambre des députés

<i>Mr. Jan BAUER</i>	Chairman, Committee for European Affairs
<i>Mr. František NOVOSAD</i>	Vice-Chairman
<i>Mr. Jaroslav LOBKOWICZ</i>	Vice-Chairman
<i>Mr. Josef ŠENFELD</i>	Member of the Committee
<i>Ms. Lenka MOZGOVÁ</i>	Head of Secretariat

Ms. Klára URBANOVÁ

Permanent Representative to
the EP

DENMARK / DANEMARK

Folketinget / People's Assembly / Assemblée du Peuple

Ms. Anne-Marie MELDGAARD

Chairperson of the European
Affairs Committee

Ms. Eva KJER HANSEN

Vice-Chairperson of the
Committee

Ms. Pernille DELEURAN

Head of International Division

Mr. Morten KNUDSEN

Principal EU Adviser

Ms. Signe RIIS ANDERSEN

Head of Section

Mr. Thomas SARUP

Representative of the
Folketing to the EU

Mr. Mongin FORREST

Presidency adviser

Ms. Inge STOKHOLM

Senior clerk

Mr. Soeren THOMSEN

Team Leader

ESTONIA / ESTONIE

Riigikogu / Parliament / Parlement

Mr. Taavi RÕIVAS

Chairman of the EU Affairs
Committee

Ms. Marianne MIKKO

Vice-Chairperson of the
Committee

Ms. Kaja KALLAS

Member of the Committee

Mr. Rainer VAKRA

Member of the Committee

Mr. Olev AARMA

Head of Secretariat

Ms. Malle KUULER

Permanent representative

FINLAND – FINLANDE
Eduskunta / Parliament / Parlement

<i>Mr. Erkki TUOMIOJA</i>	Chair of the Grand Committee
<i>Mr. Juho EEROLA</i>	Member of Parliament
<i>Ms. Jaana PELKONEN</i>	Member of Parliament
<i>Ms. Anne LOUHELAINEN</i>	Member of Parliament
<i>Mr. Antti KAIKKONEN</i>	Member of Parliament
<i>Ms. Anna SORTO</i>	Committee counsel
<i>Ms. Pia NIEMINEN</i>	Permanent representative

FRANCE – FRANCE
Sénat / Senate

<i>M. Jean BIZET</i>	Président de la commission des affaires européennes
<i>M. Simon SUTOUR</i>	Vice-président de la commission
<i>M. Denis BADRE</i>	Vice-président de la commission
<i>M. François SICARD</i>	Chef du service de la commission des affaires européennes

Assemblée Nationale / National Assembly

<i>M. Pierre LEQUILLER</i>	Président de la Commission des affaires européennes
<i>M. Jérôme LAMBERT</i>	Vice-président de la Commission
<i>M. Jean-Pierre BLOCH</i>	Directeur du Service des affaires européennes
<i>M. Guy CHAUVIN</i>	Chef de division du Secrétariat de la Commission

M. Pierre BOSSE
M. Frank BARON

Administrateur
Représentant permanent

GERMANY – ALLEMAGNE
Bundestag / Federal Diet / Diète fédérale

Mr. Gunther KRICHBAUM

Chairman of the European
Affairs Committee

Mr. Michael STÜBGEN

Member of the European
Affairs Committee

Ms. Eva HÖGL

Member of the Committee

Mr. Jerzy MONTAG

Member of the Committee

Ms. Heike BADDENHAUSEN-LANGE

Secretary of the Committee

Ms. Miriam DENKINGER

Bundesrat / Federal Council / Conseil fédéral

Mr. Andreas VEIT

Deputy Head of the
Secretariat

GREECE – GRÈCE

Βουλή των Ελλήνων / Hellenic Parliament / Parlement hellénique

Ms. Rodoula ZISI

Committee Chairperson
Vice President of the Hellenic
Parliament

Ms Aikaterini BATZELI

Member of Parliament

Mr. Konstantinos GKIOULEKAS

Member of Parliament

Ms. Diamanto MANOLAKOU

Member of Parliament

Mr. Athanasios PLEVRIS

Member of Parliament

Mr. Dimitrios PAPANIMOULIS

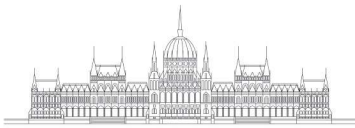
Member of Parliament

Mr. Alexis MARKOPOULOS

Official

Mr. Ioannis GOUNARIS

Official



Ms. Athanasia EMMANOUILIDOU Official
Ms. Aikaterini ZISI Official

HUNGARY – HONGRIE

Magyar Országgyűlés / National Assembly / Assemblée nationale

Mr Richárd HÖRCSIK Chairman of the Committee
on European Affairs
Mr Mátyás FIRTL Vice-Chairman of the
Committee
Mr Lajos MILE Vice-Chairman of the
Committee
Mr László JUHÁSZ Head of Secretariat of the
Committee on European
Affairs
Mr Krisztián KOVÁCS Head of the EU Department
Ms Katalin SZALÓKI Permanent Representative of
the Hungarian National
Assembly to the EU
Ms Zsuzsanna DÓCZY Advisor of the Committee
Ms Angéla RAGÁNY Advisor of the Committee on
European Affairs
Ms Lili TÖRÖK Adviser of the EU Department

IRELAND – IRLANDE

House of the Oireachtas / Parliament / Parlement

Mr. Siobhan MALONE Clerk to the Joint Committee
on European Affairs
Mr. John HAMILTON Permanent Representative to
the EU
Mr. Derek DIGNAM Permanent Representative to
the EU

ITALY – ITALIE

Senato / Senate / Sénat

<i>Ms. Rossana BOLDI</i>	Chairperson
<i>Mr. Giacomo SANTINI</i>	Vice-Chairman
<i>Mr. Roberto DI GIOVAN PAOLO</i>	Senator
<i>Mr. Giovanni BAIOCCHI</i>	Head of Office
<i>Mme Roberta D'ADDIO</i>	Chef Bureau relations avec institutions UE
<i>M. Davide CAPUANO</i>	Bureau relations avec institutions UE

Camera dei Deputati / Chamber of Deputies / Chambre des députés

<i>Mr. Nicola FORMICHELLA</i>	Member of Parliament
<i>Mr. Nunziante CONSIGLIO</i>	Member of Parliament
<i>Mr. Sandro GOZI</i>	Member of Parliament
<i>Mr. Antonio ESPOSITO</i>	EU Affairs Department
<i>Mr. Gianfranco NERI</i>	EU Affairs Department

LATVIA – LETTONIE

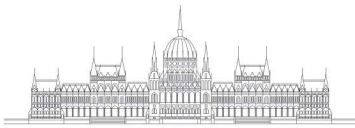
Saeima / Diet / Diète

<i>Mr. Imants LIEGIS</i>	Chairman of the EU Affairs Committee
<i>Mr. Girts OSTROVSKIS</i>	Adviser to the Committee
<i>Ms. Simona MEGNE</i>	Representative to the EU

LITHUANIA – LITUANIE

Seimas / Diet / Diète

<i>Mr. Česlovas Vytautas STANKEVIČIUS</i>	Chairman of the Committee
---	---------------------------



<i>Mr. Vytenis Povilas ANDRIUKAITIS</i>	on European Affairs Deputy Chairman of the Committee
<i>Mr. Gediminas KIRKILAS</i>	Member of the Committee
<i>Mr. Petras LUOMANAS</i>	Member of the Committee
<i>Mr. Julijus GLEBOVAS</i>	Adviser
<i>Ms. Živilė PAVILONYTĖ</i>	Permanent Representative to the EU

LUXEMBOURG – LUXEMBOURG
Chambre Des Députés / Chamber of Deputies

<i>M. Fernand BODEN</i>	Président de la délégation luxembourgeoise
<i>M. Feliz BRAZ</i>	Député
<i>M. Gast GIBÉRYEN</i>	Député
<i>M. Eugène BERGER</i>	Député
<i>M. Ben FAYOT</i>	Député
<i>Mme. Rita BRORS</i>	Secrétaire de la délégation

MALTA – MALTE
**Kamra tad-Deputati / House of Representatives / Chambre des
représentants**

<i>Mr. Francis ZAMMIT DIMECH</i>	Chairman of the Standing Committee on Foreign and European Affairs
<i>Mr. George VELLA</i>	Member of the Committee
<i>Ms. Eleanor SCERRI</i>	Research Analyst

THE NETHERLANDS – PAYS-BAS
Eerste Kamer / Senate / Sénat

<i>Ms. Sophie VAN BIJSTERVELD</i>	Senator
-----------------------------------	---------

Mr. Paul PETERS
Mr. David RIJKS

Senator
Committee Adviser

Tweede Kamer / House of Representatives

Mr. Harry VAN BOMMEL

Vice-Chair of the European
Affairs Committee

Mr. Peter VAN KESSEL

Deputy Clerk to the European
Affairs Committee

POLAND – POLOGNE **Sejm / Diet / Diète**

Mr. Stanisław RAKOCZY
Mr. Andrzej GAŁAŻEWSKI
Mr. Edward SIARKA
Mr. Adam DUDZIC

Chairman
Vice-Chairman
Vice-Chairman
Deputy Director of the
International Affairs Bureau
Head of the European Union
Division

Ms. Kaja KRAWCZYK

Representative to the EU
Representative in the COSAC
Secretariat

Ms. Magdalena SKRZYŃSKA
Ms. Maria GÓRSKA

Senat / Senate / Sénat

Mr. Edmund WITTBRODT

Chairman of the EU Affairs
Committee

Mr. Maciej KLIMA

Member of the Committee

Ms. Lidia SPYRKO VEL ŚMIETANKO

Head of the EU Affairs Unit
Adviser of the EU Affairs
Committee

Mr. Andrzej WÓJTOWICZ

Ms. Magdalena SKULIMOWSKA

Permanent Representative of
the Polish Senate to the EU

PORTUGAL – PORTUGAL

**Assembleia Da República / Assembly of the Republic / Assemblée
de la République**

Mr. Vitalino CANAS

Chairman of the European
Affairs Committee

Mr. Alberto COSTA

Member of the Committee

Mr. Luís RODRIGUES

Member of the Committee

Mr. José DE BIANCHI

Member of the Committee

Ms. Vania JESUS

Member of the Committee

Mr. Bruno PINHEIRO

Permanent Representative

Ms. Maria João COSTA

Adviser of the Committee

ROMANIA – ROUMANIE

**Camera Deputatilor / Chamber of Deputies / Chambre des
députés**

Mr. Viorel HREBENCIUC

Chair of the Committee on
European Affairs

Mr. DERZSI Ákos

Vice-Chair of the Committee

Mr. Tudor Alexandru CHIUARIU

Member of the Committee

Mr. Andrei MOCEAROV

Director, EU Law Department

Mr. Dan MATEI

Head of Secretariat

Senatul României / Senate / Sénat

Mr. Vasile NEDELCU

Chair of the European Affairs
Committee

Mr. Marian-Iulian RASALIU

Vice-Chair of the Committee

Mr. Almos ALBERT

Member of the European
Affairs Committee

Mr. Marian POPA

Advisor

SLOVAKIA – SLOVAQUIE

Národná Rada / National Council / Conseil National

Mr. Ivan ŠTEFANEC

Chairman of the Committee
on European Affairs

Mr. Peter OSUSKY

Member of the Committee

Mr. Jozef VISKUPIČ

Member of the Committee

Mr. Mikulaš KRAJKOVIČ

Member of the Committee

Ms. Katarína KOKAVCOVÁ

Secretary of the Committee

SLOVENIA – SLOVÉNIE

Državni zbor / National Assembly / Assemblée nationale

Ms. Darja LAVTIŽAR BEBLER

Chair of the Committee on
European Affairs

Mr. Bogdan BAROVIČ

Deputy Chair of the
Committee

Mr. Jakob PRESEČNIK

Member of the Committee

Mr. Joško GODEC

Member of the Committee

Mr. Zvonko BERGANT

Secretary

Mr. Romana NOVAK

Permanent Representative to
the EP

Državni svet / National Council / Conseil national

Mr. Vincenc OTONIČAR

Chairman of the Commission
for International Relations
and European Affairs

Mr. Borut MEH

Member

Ms. Neža DULAR

Advisor

SPAIN – ESPAGNE
Cortes Generales / Spanish Parliament

<i>Mr. Miguel ARIAS</i>	Chairperson of the Joint Committee for the European Union
<i>Mr. Juan MOSCOSO DEL PRADO</i>	Member of the Joint Committee for the European Union
<i>Mr. Alex SÁEZ</i>	Member of the Joint Committee for the European Union
<i>Ms. Carmen SÁNCHEZ-ABARCA</i>	Legal Advisor
<i>Ms. María José GARCÍA</i>	Secretary
<i>Mr. Carlos ROBLES FRAGA</i>	Parliamentary Advisor to the Permanent Representation

Senate

<i>Ms. Luz Elena SANÍN</i>	Senator, Member of the Joint Committee for the European Union
<i>Ms. Eva PARERA</i>	Senator, Member of the Joint Committee for the European Union
<i>Mr. Joan SABATÉ</i>	Senator, Member of the Joint Committee for the European Union
<i>Mr. Iñaki ANASAGASTI</i>	Senator, Member of the Joint Committee for the European Union

SWEDEN – SUÈDE

Riksdagen – Swedish Parliament – Parlement suédois

<i>Mr. Piry NIEMI</i>	Member of Parliament
<i>Mr. Bo BERNHARDSSON</i>	Member of Parliament
<i>Mr. Billy GUSTAFSSON</i>	Member of Parliament
<i>Ms. Susanna HABY</i>	Member of Parliament
<i>Ms. Irene OSKARSSON</i>	Member of Parliament
<i>Ms. Maria PLASS</i>	Member of Parliament
<i>Ms. Margareta HJORTH</i>	Head of Secretariat
<i>Mr. Henrik PAULANDER</i>	Deputy Secretary
<i>Ms. Pia TÖRSLEFF HERTZBERG</i>	Deputy Secretary
<i>Ms. Tuula ZETTERMAN</i>	Representative to the EU

UNITED KINGDOM – ROYAUME-UNI

House of Lords / Chambre des Lords

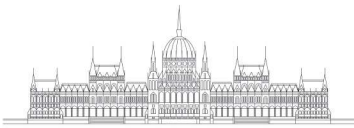
<i>Lord John ROPER</i>	Chairman of the European Union Committee
<i>Lord Christopher HASKINS</i>	Member of the House of Lords
<i>Baroness Detta O’CATHAIN</i>	Member of the House of Lords
<i>Mr. John TURNER</i>	Official
<i>Mr. Duncan SAGAR</i>	Permanent Representative

House of Commons / Chambre des Communes

<i>Mr. William CASH</i>	Chairman of the European Scrutiny Committee
<i>Mr. Michael CONNARTY</i>	Member of Parliament
<i>Mr. Alistair DOHERTY</i>	Committee Clerk
<i>Mr. Edward BEALE</i>	Representative to the EU

EUROPEAN PARLIAMENT / PARLEMENT EUROPÉEN

<i>Mr. Miguel-Angel MARTÍNEZ MARTÍNEZ</i>	Vice President of the European Parliament
<i>Mr. Carlo CASINI</i>	Chairman of the Committee on Constitutional Affairs
<i>Mr. Elmar BROK</i>	Member of the Committee on Foreign Affairs
<i>Mr. Roberto GUALTIERI</i>	Member of the Committee on Constitutional Affairs
<i>Mr. György SCHÖPFLIN</i>	Member of the Committee on Constitutional Affairs
<i>Mr. Andrew DUFF</i>	Member of the Committee on Constitutional Affairs
<i>Mr. Krzysztof BERNACKI</i>	Head of the Institutional Cooperation Unit
<i>M. François NÉMOZ-HERVENS</i>	Administrator – Secretariat Committee on Constitutional Affairs
<i>Mr. Paolo MEUCCI</i>	Administrator – Directorate for Relations with national Parliaments
<i>Ms. Karen FREDSGAARD</i>	Administrator – Cabinet of the Secretary General
<i>Ms. Beatrice SCARASCIA MUGNOZZA</i>	Head of Service – EPP Group
<i>Ms. Maria Odilia HENRIQUES</i>	Administrator - S&D Group
<i>Mr. Willem VANDEN BROUCKE</i>	Head of Unit – ALDE Group
<i>Mr. Andrea SPINOSO</i>	Assistant
<i>Ms. Andrea LŐVEI</i>	Acting Head of the EP Information Office in Hungary



COSAC SECRETARIAT – SECRÉTARIAT

<i>Ms Loreta RAULINAITYTĖ</i>	Permanent member
<i>Ms Katalin SZALÓKI</i>	Member
<i>Ms Magdalena SKRZYŃSKA</i>	Member
<i>Ms. Maria GÓRSKA</i>	Member
<i>Ms Magdalena SKULIMOWSKA</i>	Member
<i>Mr Wojciech KUŹMA</i>	Member
<i>Ms Marie-Aline STACANOV</i>	Member
<i>M Carlos DEMEYERE</i>	Member
<i>Mr André DE MUNTER</i>	Member

CANDIDATE COUNTRIES – PAYS CANDIDATS

CROATIA – CROATIE

Hrvatski sabor / Croatian Parliament / Parlement croate

<i>Mr. Neven MIMICA</i>	Deputy Speaker of the Parliament, Chairman of the European Integration Committee
<i>Ms. Tanja VRBAT</i>	Member of the Committee
<i>Ms. Karmela CAPARIN</i>	Member of the Committee
<i>Ms. Vesna LONČARIĆ</i>	Secretary of the Committee

THE FORMER YUGOSLAV REPUBLIC OF MACEDONIA

Parliament / Parlement

ICELAND – ISLANDE
Althingi / Parliament / Parlement

<i>Mr. Arni Thor SIGURDSSON</i>	Chair of the Foreign Affairs Committee
<i>Mr. Valgerður BJARNADÓTTIR</i>	Vice-Chair of the Foreign Affairs Committee
<i>Mr. Sigmundur David GUNNLAUGSSON</i>	Member of the Foreign Affairs Committee
<i>Mr. Stígur STEFÁNSSON</i>	Secretary of the Committee

MONTENEGRO – MONTÉNÉGRO
Skupština Crne Gore / Parliament / Parlement

<i>Mr. Miodrag VUKOVIĆ</i>	Chairman of the Committee on International Relations and European Integration
<i>Mr. Predrag BULATOVIĆ</i>	Member of the Committee
<i>Mr. Obrad-Miso STANISIC</i>	Member of the Committee
<i>Mr. Andrej ORLANDIĆ</i>	Adviser
<i>Mr. Jasmin BOJADŽIĆ</i>	Official

TURKEY - TURQUIE
Büyük Millet Meclisi / Grand National Assembly / Grande Assemblée nationale

<i>Mr Yaşar YAKIŞ</i>	Chairman of the EU Committee
<i>Mr. Onur ÖYMEN</i>	Vice-Chairman of the Committee
<i>Mr. Cüneyt YÜKSEL</i>	Member of the Committee
<i>Mr. Türker YENER</i>	Secretary
<i>Mr. Fuat KÜÇÜKAYDIN</i>	Permanent Representative

OTHER PARTICIPANTS / AUTRES PARTICIPANTS

COUNCIL OF THE EUROPEAN UNION / CONSEIL DE L'UNION EUROPÉENNE

<i>Mr. Viktor ORBÁN</i>	Prime Minister of Hungary
<i>Mr. János MARTONYI</i>	Minister for Foreign Affairs
<i>Mme. Marta ARPIO SANTACRUZ</i>	Directeur
<i>M. Olivier SEGNANA</i>	Administrateur

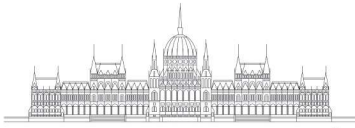
EUROPEAN COMMISSION / COMMISSION EUROPÉENNE

<i>Mr. Maroš ŠEFČOVIČ</i>	Vice-President of the European Commission, responsible for Inter-Institutional Relations and Administration
<i>Mr. Jens NYMAND-CHRISTENSEN</i>	Director
<i>Ms. Carmen PREISING</i>	Deputy Head of Unit
<i>Ms. Gabriela KECKESOVA</i>	Cabinet Member

NORWAY / NORVÈGE

Stortinget / Parliament / Parlement

<i>Ms. Ine Marie Eriksen SØREIDE</i>	Chair of the Standing Committee on Foreign Affairs and Defence
<i>Mr. Svein Roald HANSEN</i>	First Vice-Chair of the Committee
<i>Mr. Øystein BØ</i>	Secretary of the Committee
<i>Mr. Per S. NESTANDE</i>	Senior Advisor



MAGYAR ORSZÁGGYŰLÉS



SPEAKERS / ORATEURS

Mr. Viktor ORBÁN
Mr. Maroš ŠEFČOVIČ

Mr. György SCHÖPFLIN

Prime Minister of Hungary
Vice-President, responsible
for Inter-Institutional
Relations and Administration
Member of the Committee
on Constitutional Affairs of
the European Parliament

Rules of Procedure of the Conference of Parliamentary Committees for Union Affairs of Parliaments of the European Union

(.....)

PREAMBLE

These Rules of Procedure are designed to facilitate and improve the work of the Conference of Parliamentary Committees for Union Affairs of Parliaments of the European Union¹, hereinafter referred to as COSAC, established on 16-17 November 1989 in Paris.

They may be applied to the meetings of other parliamentary Committees convened by the Parliament of the Member State holding the Presidency of the Council, hereinafter referred to as the Presidency Parliament.

The members of COSAC intend to work in accordance with the Guidelines for interparliamentary cooperation in the European Union as adopted at the Conference of Speakers of the European Union Parliaments on 19-21 June 2008 in Lisbon and in accordance with their own parliamentary practice².

These Rules of Procedure adopted by the XLV COSAC on 29-31 May 2011 in Budapest replace the Rules of Procedure that were adopted by the XXXVIII COSAC on 14-16 October 2007 in Estoril.

1. TASKS AND COMPETENCES FOR COSAC

- 1.1.** COSAC enables a regular exchange of views, without prejudicing the competences of the parliamentary bodies of the European Union.
- 1.2.** The Treaty of Lisbon empowers COSAC to submit any contribution it deems appropriate for the attention of the European Parliament, the Council and the Commission and to promote the exchange of information and best practice between national Parliaments and the European Parliament, including their special committees. It may also organise interparliamentary conferences on specific topics, in particular to debate matters of common foreign and security policy, including common security and defence policy.
- 1.3.** Contributions made by COSAC shall not bind national Parliaments and shall not prejudice their positions.

¹ The term 'Parliaments of the European Union' refers to the national Parliaments of the Member States of the European Union (hereinafter referred to as 'national Parliaments') and the European Parliament.

² As stated in the Protocol on the Role of National Parliaments in the European Union, the way in which national Parliaments scrutinize their governments in relation to the activities of the Union is a matter for the particular constitutional organisation and practice of each Member State.

2. ORGANIZATION OF MEETINGS

2.1. Plenary meetings

One plenary meeting of COSAC shall be held during each Presidency taking account of different parliamentary practices of Member States, of election periods and of the dates of public holidays in Member States. The date of the next meeting shall be fixed and announced by the date of the preceding meeting at the latest.

2.2. Extraordinary meetings

Extraordinary meetings of COSAC shall be held, if deemed necessary, by an absolute majority of the Chairpersons of the Committees for Union Affairs of the national Parliaments and of the representatives of the European Parliament.

2.3. Meetings of the Chairpersons

A preparatory meeting of the Chairpersons of the Committees for Union Affairs and of the representative(s) of the European Parliament shall be held prior to each plenary meeting of COSAC, in agreement with the Presidential Troika of COSAC. Each delegation consists of two Members of its Parliament.

2.4. Extraordinary meetings of the Chairpersons

Extraordinary meetings of the Chairpersons of the Committees for Union Affairs and the appropriate body of the European Parliament shall be held, if proposed, by the Presidency Parliament, after consulting the Presidential Troika, or, if deemed necessary, by an absolute majority of the Chairpersons of the Committees for Union Affairs of the national Parliaments and of the representatives of the European Parliament.

2.5. The Presidential Troika of COSAC

The Presidential Troika of COSAC consists of the delegations of the national Parliaments of the Presidency, the preceding Presidency, the following Presidency, and the European Parliament. Each delegation consists of two Members of its Parliament.

2.6. Working groups

COSAC may decide to set up a working group to study a particular issue linked with the activities of the European Union. Such a working group shall also be set up, if deemed necessary, by an absolute majority of the Chairpersons of the Committees for Union Affairs of the national Parliaments and of the representatives of the European Parliament. The Chairperson of the Committee for Union Affairs of the Presidency Parliament shall act as the

Chairperson of the working group. The secretariat of the Presidency Parliament shall provide the secretariat for the working group assisted by the COSAC Secretariat.

2.7. Documentation of the meetings

Agendas for all the aforementioned meetings shall be circulated to all national Parliaments and to the European Parliament not less than two weeks before the meetings, and minutes of those meetings shall be circulated to all national Parliaments and to the European Parliament not later than two weeks after the meetings.

2.8. Place of the meetings

Meetings shall take place in the Member State holding the Presidency. Extraordinary meetings, meetings of the Chairpersons, meetings of the Presidential Troika of COSAC and meetings of working groups may be held elsewhere.

2.9. Convocation

Plenary COSAC meetings, meetings of the Chairpersons of Committees for Union Affairs, extraordinary meetings and meetings of working groups shall be convened by the Presidency Parliament.

2.10. Preparation of the meetings

The delegations may send letters/documents relating to items on the agenda to the secretariat of the Presidency Parliament and the Presidency Parliament may also draw up discussion documents for the conference.

2.11. Planning of the meetings

COSAC shall establish a rolling, long term, calendar of its meetings.

3. COMPOSITION

3.1. Plenary and extraordinary meetings

Each national Parliament shall be represented by a maximum of six Members of its Committee(s) for Union Affairs. The European Parliament shall be represented by six Members. Each Parliament shall determine the composition of its own delegation.

3.2. Observers from the Parliaments of candidate countries

Three members of the Parliaments of each candidate country shall be invited as observers to plenary and extraordinary COSAC meetings. Two members of the Parliaments of each candidate country shall be invited as observers to the meetings of the Chairpersons of Committees for Union Affairs.

3.3. Other observers, specialists and special guests

The Presidency shall invite observers from the General Secretariat of the Council and the Commission, and it may invite observers from the embassies of the Member States of the European Union, and, after consulting the Presidential Troika, other national Parliament, specialists and special guests.

3.4. Public access to meetings

Meetings of COSAC shall be public, unless otherwise determined.

4. DESIGNATION OF MEETINGS

- 4.1.** The designation of plenary and extraordinary meetings shall be 'Conference of the Parliamentary Committees for Union Affairs of Parliaments of the European Union - COSAC', with the name preceded by a Roman numeral in sequence, followed by the date and the place of the meeting.

5. AGENDA

- 5.1.** Before the last plenary meeting of each year the delegations shall indicate the subjects they propose be dealt with the following year. This matter shall be discussed at the end of the meeting. The Presidential Troika, paying due account to the provisions of Article 10 of the Protocol on the Role of National Parliaments in the European Union to the Treaty of Lisbon, proposes, at the beginning of each Presidency, one or several subjects drawn from the working programme of the Council, the European Parliament, and the Commission, or from proposals made by the members of COSAC during the meeting referred to above.
- 5.2.** The principal business on every draft agenda shall be derived from the role of COSAC as a body for exchanging information and best practices between Parliaments of the European Union, in particular on the practical aspects of parliamentary scrutiny.
- 5.3.** A draft agenda shall be drawn up by the Chairperson of the Committee for Union Affairs of the Presidency Parliament, after consulting the Chairpersons of the Committees for Union Affairs and the representative(s) of the European Parliament. The delegations may propose to the Presidency Parliament that a specific item is put on or removed from the draft agenda.
- 5.4.** The meeting itself shall decide on its final agenda.

6. LANGUAGES

- 6.1.** Each delegation is responsible for translating any document, which it submits into English and/or French.
- 6.2.** Participating Parliaments will receive conference documents in English and/or French. Each Parliament is responsible for translation into its official language(s).
- 6.3.** Simultaneous interpretation into the official languages of the EU is provided during the plenary meetings.
- 6.4.** The contributions of COSAC are drawn up in a single original in English and French, each of these texts being equally authentic.

7. COSAC CONTRIBUTIONS

- 7.1.** COSAC may address contributions for the attention of the European Parliament, the Council and the Commission pursuant to the Protocol on the Role of National Parliaments in the European Union to the Treaty of Lisbon.
- 7.2.** Each delegation may propose that a contribution be adopted by COSAC. A draft contribution shall be drawn up if proposed by the Presidency Parliament, after consulting the Presidential Troika, or if deemed necessary by an absolute majority of the Chairpersons of the Committees for Union Affairs of the national Parliaments and of the representatives of the European Parliament, or if decided in a meeting of COSAC.
- 7.3.** The draft of a contribution shall be communicated to the delegations in good time before the relevant meeting of COSAC to give them a reasonable period for scrutiny and remarks.
- 7.4.** The final draft of a contribution shall be prepared at the preparatory meeting of the Chairpersons during the relevant meeting of COSAC. It shall embrace the observations and remarks by all delegations, including possible declarations concerning the vote.
- 7.5.** In general COSAC shall seek to adopt contributions by broad consensus. If this is not possible, contributions shall be adopted with a qualified majority of at least 3/4 of the votes cast. The majority of 3/4 of the votes cast must at the same time constitute at least half of all votes.
- 7.6.** Each delegation has two votes.
- 7.7.** After adoption, the contribution is published in the Official Journal of the European Union in the official languages of the European Union.

- 7.8. After adoption, the Presidency Parliament shall send the contribution to the Presidents of the European Parliament, the Council and the Commission inviting them to respond to the contribution.

8. ROLE OF THE PRESIDENCY PARLIAMENT

- 8.1. The Committee for Union Affairs of the Presidency Parliament shall hold the Presidency of COSAC during that Presidency.
- 8.2. The secretariat of the Presidency Parliament shall prepare the documents for the meetings. It shall be assisted by the COSAC Secretariat.
- 8.3. Meetings shall be chaired by the Chairperson(s) of the Parliamentary Committee for Union Affairs of the Presidency Parliament.
- 8.4. The Chairperson of the Committee for Union Affairs of the Presidency Parliament shall propose a timetable for the meeting and the length of speeches, which shall be four minutes, unless the meeting determines otherwise.
- 8.5. The secretariat of the Presidency Parliament shall draw up brief minutes of the meeting on the basis of the draft provided by the COSAC Secretariat.
- 8.6. The Chairperson of the Committee for Union Affairs of the Presidency Parliament shall present the debate's conclusions, as drawn up by the Presidential Troika.
- 8.7. The secretariat of the Presidency Parliament shall provide the secretariat for the activities of COSAC during its term. The COSAC Secretariat shall provide assistance.

9. THE COSAC SECRETARIAT

- 9.1. The COSAC Secretariat shall be composed of officials from the Parliaments of the Presidential Troika, and a Permanent Member who supports the Secretariat in its activities.
- 9.2. The officials from the Parliaments of the Presidential Troika shall be appointed by each of the relevant Parliaments for a non renewable period of eighteen months.
- 9.3. The Permanent Member shall be appointed by the COSAC Chairpersons on the proposal of the Presidential Troika. He or she shall be an official of a National Parliament and shall remain in office for two years with the possibility of one renewal.
- 9.4. The COSAC Secretariat shall assist the Presidency Parliament in all its tasks. The members of the COSAC Secretariat shall perform their duties under the political responsibility of the COSAC Presidency and the Presidential Troika or according to the decisions taken by COSAC meetings. The Permanent Member shall coordinate the activities of the COSAC Secretariat under the direction of the Presidency Parliament.

- 9.5.** The cost for seconding the Permanent Member of the Secretariat to Brussels and other necessary technical costs of the Secretariat are jointly borne by Parliaments wishing to contribute. The amount and the terms of payment for the co-financed expenditure are defined in an agreement among the participating Parliaments.

10. COSAC CONCLUSIONS AND COMMUNIQUES

- 10.1.** If COSAC decides to adopt conclusions or issue a communiqué, a draft shall be drawn up by the Presidential Troika.
- 10.2.** The draft of the conclusions shall be communicated to the delegations in good time before the relevant meeting of COSAC to give them a reasonable period for scrutiny and remarks.
- 10.3.** Conclusions and/or communiqués shall be sent to the national Parliaments, the European Parliament, the Council, and the Commission by the secretariat of the Presidency Parliament.

11. REVISION OF THE RULES OF PROCEDURE

- 11.1.** COSAC delegations may submit proposals for a revision of the Rules of Procedure. These proposals shall be submitted in writing to all Parliaments of the European Union, at least one month before COSAC meetings.
- 11.2.** Proposals for a revision of the Rules of Procedure should be put on the agenda of the first meeting of COSAC following the presentation of the proposal.
- 11.3.** Adoption of the proposal requires unanimity between the delegations present at the meeting. Abstentions by delegations shall not prevent the adoption of the proposal.
- 11.4.** Quorum is at least 2/3 of the delegations.
- 11.5.** Each delegation has one vote.

12. ENTRY INTO FORCE

- 12.1.** These Rules of Procedure are drawn up in a single original in English and French, each of these texts being equally authentic and shall be published in the official languages of the European Union. They shall enter into force on the date of publication in the Official Journal of the European Union.

CONTRIBUTION OF THE XLV COSAC

Budapest, 29-31 May 2011

1. The way to recovery: Economic governance, Europe 2020 Strategy and the European Semester

- 1.1. COSAC supports the efforts of the European Union institutions to strengthen economic coordination within the European Union and for the sake of faster recovery and sustainable growth underlines the need to streamline these efforts within the Europe 2020 Strategy.
- 1.2. COSAC affirms that the package of six legislative proposals on economic governance is essential to ensure fiscal discipline and to avoid excessive macroeconomic imbalances as stated in the conclusions of the European Council of 24-25 March 2011. Therefore COSAC invites all EU institutions concerned to take each necessary measure in order to adopt the above mentioned proposals by June 2011. In this respect, COSAC highly appreciates the efforts of the Presidency-in-office to find a compromise between the EU institutions.
- 1.3. COSAC invites the Governments of EU Members States to facilitate the involvement of Parliaments in the European Semester, in order to respect the budgetary powers of Parliaments. COSAC reaffirms that Parliaments intend to actively participate in this new initiative using their traditional means of parliamentary involvement including through their scrutiny of national reform programmes.
- 1.4. COSAC welcomes the initiative of a possible annual interparliamentary conference on budget and calls on the EU institutions to actively contribute to the substantial discussion to be held in this framework.
- 1.5. COSAC acknowledges the efforts of several Member States aiming for closer cooperation in the economic, fiscal and monetary policy fields and urges all Member States to exploit the possibilities for closer cooperation provided by the Treaties with special respect to the internal market.

2. Parliamentary scrutiny of the common foreign and security policy (CFSP) and the common security and defence policy (CSDP)

- 2.1. COSAC takes note the ongoing discussion in the framework of the Conference of Speakers of EU Parliaments concerning the future of parliamentary scrutiny of CFSP and CSDP and notes the progress achieved during the Brussels Speakers' Conference. COSAC considers that the conclusions adopted at this meeting constitute a good starting point for future debates and final decisions concerning the parliamentary scrutiny of CFSP and CSDP. We look forward to a new meeting to continue this scrutiny work being convened at the earliest opportunity.
- 2.2. COSAC notes that following the termination of the WEU Assembly a framework for the parliamentary scrutiny of CFSP and CSDP should be found in conformity with the provisions of the Lisbon Treaty.
- 2.3. Given the special nature of this policy area, COSAC underlines the crucial role of national Parliaments in the parliamentary scrutiny of the common foreign and security policy as well as the common security and defence policy.
- 2.4. Hence COSAC requests all concerned institutions, with special regard to the High Representative of the Union for Foreign Affairs and Security Policy, to cooperate closely with Parliaments and properly inform them on developments in the policy fields of CFSP and CSDP in order to fulfil the provisions of the Treaty of Lisbon.

3. The State of the Union

- 3.1. In accordance with the Preamble of the Treaty on the European Union COSAC underlines that the Treaty of Lisbon marks a new stage in the process of European integration. It reaffirms the need to implement the provisions of the Treaty on effective cooperation between national Parliaments and the European Parliament.
- 3.2. COSAC welcomes its first debate on the State of the Union in its framework. It invites the European Commission to take the views of parliaments into

consideration when elaborating its own evaluation of the State of the Union and also when preparing the Commission Work Programme

- 3.3. With respect to the further developments within the European Union, COSAC underlines the importance of better communication with the citizens of the EU, not exclusively, but also by means of communicating the European Union through the Parliaments.

4. Cooperation with the institutions of the European Union

- 4.1. COSAC welcomes the new quality of cooperation between national Parliaments and the European Commission as well as the European Parliament respectively established in the framework of the Treaty of Lisbon.
- 4.2. COSAC welcomes the active work of national Parliaments in scrutinizing the subsidiarity principle according to Protocol 2 of the Treaty of Lisbon. National Parliaments have adopted different procedures concerning the practical implementation of the subsidiarity checks. COSAC considers that the existing practices and the experiences on the application of the Protocol 2 should be shared by Parliaments and EU institutions and the application of Protocol 2 should be clarified further on by means of continuous dialogue between all concerned stakeholders.
- 4.3. In order for national Parliaments to be able to carry out subsidiarity checks in accordance with the aim of the Treaty of Lisbon, it is a prerequisite that the European Commission's proposals are thoroughly explained. COSAC recognizes the ongoing efforts of the European Commission to meet this demand, but underlines the importance for the Commission to continue and extend this work further.

CONCLUSIONS OF THE XLV COSAC

Budapest, 29-31 May 2011

1. COSAC welcomes the adoption of its amended Rules of Procedure, with the changes bringing the Rules of Procedure in line with the Treaty of Lisbon. COSAC appreciates the constructive efforts made by all delegations to reach this important agreement. The amendment to the Rules of Procedure of COSAC, as it was agreed during the XLV COSAC in Budapest, is attached to these Conclusions. The COSAC Secretariat is asked to prepare its publication in the Official Journal of the European Union.
2. COSAC takes note on the report on the last Conference of Speakers of the EU Parliaments held on 4-5 April 2011 in Brussels and expresses its support for the work done in the framework of the Conference of Speakers seeking a consensual solution to the establishment of the mechanism for parliamentary scrutiny of common foreign and security policy, including common security and defence policy.
3. COSAC agrees to hold, at the Presidency's discretion, an annual general policy debate during its ordinary meeting in the first semester of the year, thus allowing the Contribution of COSAC to be presented in time to feed into the preparations for the State of the Union speech and the Commission Work Programme for the following year. The President or a Vice-President of the Commission should be invited to take part in the debate.
4. COSAC also agrees that the presentation of the Commission's Work Programme for the following year by the President or a Vice-President of the Commission should take place, at the Presidency's discretion, during the ordinary meeting of COSAC in the second semester of the year, after the publication of the Programme. Therefore, when fixing the date of the meeting, COSAC Presidencies are invited to take into account the time of the publication of the Commission's Work Programme. The agenda of the ordinary meeting of COSAC in the second semester of the year may also include an assessment of the Commission's activities in the course of the year.

5. Following the discussion on the Commission's Work Programme, Parliaments would have the opportunity to inform each other about their intention to scrutinize EU draft legislative acts, in particular those which may raise subsidiarity concerns.
6. COSAC recalls that the term in office of the current Permanent Member of the COSAC Secretariat expires on 31 December 2011. COSAC underlines that the appointment of the new Permanent Member should take place during the XLVI COSAC, therefore, the financial framework for the following two years, i.e. 2012-2013 should be agreed among the participating Parliaments as soon as possible.
7. COSAC also recalls that the present co-financing of the Permanent Member of the COSAC Secretariat and the costs of running the office and website of COSAC will end on 31 December 2011. COSAC welcomes the 35 letters of intent of national Parliaments and parliamentary Chambers expressing their commitment for the co-financing for the following two years, i.e. 2012-2013. Furthermore, COSAC welcomes the fact that the threshold of a minimum of the national Parliaments of 14 Member States has been reached. COSAC calls upon the remaining Parliaments and parliamentary Chambers to renew their commitment for the co-financing.
8. COSAC welcomes the 15th Bi-annual Report prepared by the COSAC Secretariat and warmly thanks the Secretariat for its excellent work. The Report provides comprehensive information on the parliamentary developments with regard to the Europe 2020 Strategy, economic governance, the European Semester and the Commission Work Programme 2012.